



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

**LEI Nº 8.335**

**De 03 de novembro de 2014**

**Autógrafo nº 231/14 – Projeto de Lei nº 232/14**

**Autoria: Prefeitura Municipal de Araraquara**

Institui a Política Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA,** Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 28 de outubro de 2014, promulga a seguinte lei:

### **TÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO**

**Art. 1º** Esta Lei institui a Política Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

**Parágrafo único.** Estão sujeitos ao previsto nesta Lei todos os órgãos e entidades do Município, bem como os órgãos e entidades públicos ou privados que desenvolvam serviços e ações de saneamento básico no âmbito do território do Município de Araraquara.

##### **CAPÍTULO II**

##### **DA UNIVERSALIZAÇÃO**

**Art. 2º** A ação do Município e a interpretação dos dispositivos desta Lei deverão se orientar no sentido de assegurar a universalização de acesso aos serviços públicos de saneamento básico.

##### **CAPÍTULO III**

##### **DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 3º** Para os fins desta Lei consideram-se:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- I - Serviços públicos de saneamento básico: os serviços públicos de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de manejo de resíduos sólidos, de limpeza pública e de manejo de águas pluviais urbanas;
- II - Serviços públicos de abastecimento de água potável: captação, adução, tratamento de água, reservação, distribuição e medição;
- III - Serviços públicos de esgotamento sanitário: coleta; transporte; tratamento; e, disposição final de efluente, inclusive dos lodos originários da operação de unidades de tratamento e de fossas sépticas;
- IV - Esgotos sanitários: as águas residuárias e outros derivados do uso residencial e, nos termos das normas administrativas de regulação dos serviços, os efluentes derivados de usos industriais e comerciais cujas características sejam semelhantes às do esgoto doméstico;
- V - Serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos: a coleta, a triagem para fins de reutilização ou reciclagem, o transbordo, o transporte, o tratamento, e a disposição final dos resíduos sólidos urbanos;
- VI - Serviços públicos de limpeza pública: os serviços de desobstrução e limpeza de bueiros, bocas-de-lobo e correlatos, varrição, capina, roçada, poda e atividades correlatas em vias e logradouros e próprios públicos; e outros serviços constituídos por atividades pertinentes à limpeza pública urbana, nos termos das normas administrativas de regulação dos serviços;
- VII - Resíduos sólidos urbanos, os originários:
  - a) De resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
  - b) Dos resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana; e
  - c) De atividades comerciais, industriais ou de serviços que, por sua qualidade e quantidade, sejam equiparados a resíduos sólidos urbanos por norma administrativa de regulação;
- VIII - Serviços públicos de manejo de águas pluviais urbanas: drenagem; transporte; detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias; e tratamento e disposição final;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- IX - Titular dos serviços públicos de saneamento básico: o Município de Araraquara;
- X - Órgão regulador e fiscalizador: entidade integrante da Administração Pública Municipal, com a função reguladora e fiscalizadora dos serviços de saneamento básico, caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira;
- XI - Usuário: o proprietário, o possuidor direto ou indireto do imóvel ou, ainda, qualquer outro ocupante permanente ou eventual;
- XII - Planejamento: atividade que precede e preside a ação de modo a determinar os objetivos e metas de um empreendimento, como também a coordenação de meios e recursos para atingi-los;
- XIII - Regulação: conjunto de regras de conduta e de controle da atividade econômica pública e privada e das atividades sociais não exclusivas do Estado, com a finalidade de proteger o interesse público;
- XIV - Normas administrativas de regulação: as expedidas pelo órgão regulador e fiscalizador dos serviços, tendo por objeto metas de universalização de acesso, condições de prestação dos serviços, indicadores de eficiência e qualidade na prestação e remuneração pela utilização ou disponibilidade dos serviços;
- XV - Fiscalização: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir a prestação do serviço público;
- XVI - Prestação de serviço público de saneamento básico: atividade, acompanhada ou não de execução de obra, com objetivo de permitir aos usuários o acesso a serviço público de saneamento básico, com características e padrões de qualidade determinados pela legislação, regulação ou contrato;
- XVII - Controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;
- XVIII - Universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- XIX -** Subsídios: instrumento econômico de política social para viabilizar que a população de baixa renda tenha o acesso aos serviços públicos de saneamento básico;
- XX -** Projetos associados aos serviços públicos de saneamento básico: os desenvolvidos em caráter acessório ou correlato à prestação dos serviços capazes de gerar benefícios sociais, ambientais ou econômicos adicionais, dentre eles:
- a) O fornecimento de água bruta para outros usos não sujeitos à regulação do titular, comprovado o não-prejuízo aos serviços públicos de abastecimento de água potável;
  - b) O aproveitamento de água de reuso;
  - c) O aproveitamento do lodo resultante de tratamento de água ou de esgoto sanitário;
  - d) O aproveitamento dos materiais integrantes dos resíduos sólidos por meio de reuso ou reciclagem;
  - e) O aproveitamento de energia de qualquer fonte potencial vinculada aos serviços de tratamento de esgoto sanitário ou de tratamento ou disposição final de resíduos sólidos;
- XXI -** Aviso: comunicação dirigida a usuário determinado, inclusive por meio de mensagem em documento de cobrança pela prestação dos serviços;
- XXII -** Comunicação: dirigida a usuários e ao regulador, inclusive por meio de veiculação em mídia impressa ou eletrônica;
- XXIII -** Notificação: correspondência específica dirigida ao usuário de serviço público de saneamento básico;
- XXIV -** Edificação permanente urbana: a construção coberta, de caráter não transitório, destinada a abrigar atividade humana.

§ 1º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços públicos de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

§ 2º Para os fins do § 1º não se considera solução individual:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- I - A solução que atenda a condomínios ou localidades de pequeno porte, na forma prevista no § 1º, do art. 10, da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

### CAPÍTULO IV

#### DO DIREITO À SALUBRIDADE AMBIENTAL

**Art. 4º** Todos têm direito à vida em ambiente salubre, cuja promoção e preservação são deveres do Poder Público e da coletividade.

**Parágrafo único.** Ambiente salubre é aquele em que o estado de qualidade ambiental é capaz de prevenir a ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente e de promover as condições favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem-estar da população.

**Art. 5º** É garantido a todos o direito a níveis adequados e crescentes de salubridade ambiental e de exigir dos responsáveis medidas preventivas, mitigadoras, compensatórias ou reparadoras em face de atividades prejudiciais ou potencialmente prejudiciais à salubridade ambiental.

### TÍTULO II

#### DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

##### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 6º** Os serviços públicos de saneamento básico possuem natureza essencial e serão prestados com base nos seguintes princípios:

- I - Universalização do acesso;
- II - Integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços públicos de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- III - Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- IV - Disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços públicos de manejo de águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- V - Adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- VI - Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
- VII - Eficiência e sustentabilidade econômica;
- VIII - Utilização de tecnologias apropriadas, considerando-se a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- IX - Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- X - Controle social;
- XI - Segurança, qualidade e regularidade;
- XII - Integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;
- XIII - Adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

**Art. 7º** Os serviços públicos de saneamento básico poderão ser interrompidos nas seguintes hipóteses:

- I - Situação de emergência ou de calamidade pública que atinjam a segurança de pessoas e bens;
- II - Necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias nos sistemas por meio de interrupções programadas;
- III - Negativa do usuário em permitir a instalação e fiscalização de dispositivo de leitura de água medida, bem como do ramal predial, após ter sido previamente avisado a respeito;
- IV - Manipulação indevida, por parte do usuário, de medidor ou de qualquer parte da rede pública ou da ligação predial;





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- V - Inadimplência do usuário do serviço público de abastecimento de água potável no pagamento da respectiva tarifa.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

### CAPÍTULO II

#### DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E DE

#### ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 8º Todo imóvel urbano estará sujeito à tarifa ou taxa referente ao serviço público de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário que for posto à sua disposição.

§ 1º As normas administrativas de regulação deverão disciplinar as soluções individuais.

§ 2º Excetuados os casos previstos em norma administrativa de regulação, toda edificação permanente urbana será conectada à rede pública de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário disponível.

§ 3º Informado o ocupante de imóvel da existência de rede pública disponível por meio de comunicação, deverá ele atender ao disposto no § 1º deste artigo no prazo de 90 (noventa) dias, ou em prazo superior que venha a ser fixado pelo órgão de regulação e fiscalização dos serviços.

§ 4º Decorrido o prazo previsto no § 3º:

- I - O prestador dos serviços poderá executar a conexão, inclusive as obras correspondentes, ressarcindo-se junto ao usuário das despesas decorrentes;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- II - As atividades das empresas que funcionarem no imóvel estarão sujeiras a interdição, até que seja cessada a irregularidade;
- III - Sem prejuízo do disposto no caput, o usuário estará sujeito ao pagamento de multa no valor de 1 Unidade Fiscal Municipal (UFM) a 2.500 (duas mil e quinhentas) UFMs por mês em que persistir com a irregularidade, levando em consideração a capacidade econômica do infrator e o que for necessário para coibir a infração.

§ 5º Poderão ser adotados subsídios tarifários ou fiscais para viabilizar a conexão, inclusive a intradomiciliar, dos usuários de baixa renda.

Art. 9º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública não poderá estar ligada a dispositivos não permitidos pelo prestador de serviço, tais como eliminadores de ar, de modo a tornar inviável o eventual refluxo de água contaminada para a rede pública.

§ 1º O descumprimento do disposto no caput, na forma disciplinada nas normas administrativas de regulação, acarretará:

- I - A interdição de atividades das empresas que funcionarem no imóvel, até que seja cessada a irregularidade;
- II - Sem prejuízo do disposto no caput, o pagamento de multa no valor de 2 (duas) UFMs a 1.700 (um mil e setecentas) UFMs por mês que persistir com a irregularidade após notificação, na conformidade da capacidade econômica do infrator e do necessário para coibir a infração.

§ 2º O disposto no § 1º não prejudica medidas administrativas para cessar a irregularidade e as indenizações no caso de contaminação de água das redes públicas ou do próprio usuário.

§ 3º Não se considera instalação ligada à rede pública a que vier a montante de reservatório de água do usuário, ou de eventual mecanismo que impeça o refluxo.

Art. 10. A água fornecida pelos serviços públicos de saneamento básico deverá atender aos padrões de qualidade fixados pela Portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde, ou ato que venha a substituí-la.

Parágrafo único. Norma administrativa de regulação deverá fixar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, o qual poderá variar em razão do uso ou localização do imóvel.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

**Art. 11.** A prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário deverá ser remunerada preferencialmente por meio de tarifas calculadas com base no volume de água consumido.

**Parágrafo único.** As normas administrativas de regulação poderão prever e disciplinar as hipóteses em que não será aplicado o disposto no caput.

**Art. 12.** Os estabelecimentos que lançam águas residuárias e outros efluentes em corpo d'água deverão realizar o lançamento sempre a jusante do ponto em que estes mesmos estabelecimentos captam água.

### CAPÍTULO III

#### DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

##### E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA PÚBLICA

**Art. 13.** Os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos e os serviços públicos de limpeza pública serão disciplinados por legislação específica, suplementada, no que couber, pelo disposto nesta Lei.

### CAPÍTULO IV

#### DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

**Art. 14.** O Município promoverá a diminuição do volume de águas direcionadas a seus sistemas de drenagem por meio de incentivos ao aumento da permeabilidade do solo, especialmente de estacionamentos e passeios públicos.

**Art. 15.** Os proprietários, os possuidores ou outros ocupantes de lotes urbanos que, por o haverem total ou parcialmente impermeabilizado, direcionarem ao sistema público de drenagem as águas pluviais deverão arcar com o custo de tal serviço nos termos do que dispuser legislação específica.

**Parágrafo único.** O sistema de cobrança previsto no caput deverá levar em consideração, em cada lote urbano:

- I - O percentual de impermeabilização; e
- II - A existência de dispositivos de retenção ou detenção de águas pluviais.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

**Art. 16.** Fica proibida a conexão de tubulações e outros dispositivos destinados a águas pluviais com as redes de esgotamento sanitário, ficando o infrator sujeito a:

- I - Interdição de atividades das empresas que funcionarem no imóvel, até que seja cessada a irregularidade;
- II - Sem prejuízo do disposto no caput, pagamento de multa no valor de 2 (duas) UFMs a 1.700 (um mil e setecentas) UFMs por mês em que persistir com a irregularidade após notificação, na conformidade da capacidade econômica do infrator e do necessário para coibir a infração.

### TÍTULO III

#### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

##### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 17.** A Política Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é o conjunto de planos, programas e ações promovidos pelo Município, isoladamente ou em cooperação com particulares ou outros entes da Federação, com vistas a assegurar o direito à salubridade ambiental.

##### CAPÍTULO II

##### DOS PRINCÍPIOS

**Art. 18.** São princípios da PMSB:

- I - Universalizar o acesso, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- II - Integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços públicos de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- III - Priorizar a implantação e a ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- IV - Garantir meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;
- V - Disponibilizar em todas as áreas urbanas, serviços públicos de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- VI - Utilizar indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implantação e avaliação das suas ações de saneamento básico;
- VII - Promover transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- VIII - Minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços públicos de saneamento básico, especialmente em relação aos recursos hídricos.

**Parágrafo único.** O Município deverá priorizar soluções para que o planejamento, a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico sejam executados mediante cooperação com os demais Municípios da região, especialmente mediante a constituição de consórcio público.

### CAPÍTULO III

#### DOS INSTRUMENTOS

**Art. 19.** São instrumentos da PMSB:

- I - O plano municipal de saneamento básico;
- II - Os planos setoriais de:
  - a) Abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário;
  - b) Manejo de águas pluviais urbanas; e
  - c) Gestão integrada de resíduos sólidos.
- III - As normas administrativas de regulação dos serviços;
- IV - O controle social;
- V - Os contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico; e



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- VI - O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico (Simisa).

### CAPÍTULO IV

#### DOS PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO

##### Seção I

##### Das Disposições Gerais

**Art. 20.** O Plano Municipal de Saneamento Básico consistirá na consolidação dos seguintes planos:

- I. Plano Setorial de Abastecimento de Água Potável e de Esgotamento Sanitário;
- II. Plano Setorial de Manejo de Águas Pluviais Urbanas; e
- III. Plano Setorial de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

§ 1º O Plano Setorial mencionado no inciso III do caput deverá atender ao disposto na Lei Federal n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010.

§ 2º A consolidação mencionada no caput dar-se-á mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Saneamento Básico, comunicando-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Urbano Ambiental da Câmara Municipal.

**Art. 21.** Os planos de saneamento básico:

- I - Serão elaborados com horizonte de no mínimo 10 (dez) anos;
- II - Terão sua execução avaliada anualmente pelo órgão de regulação e fiscalização dos serviços;
- III - Serão revisados no máximo a cada 4 (quatro) anos, preferencialmente em períodos coincidentes com os de vigência dos planos plurianuais.

**Art. 22.** O disposto no plano de saneamento básico é vinculante para o Poder Público.

§ 1º A outorga ou delegação de serviço público de saneamento básico observará o disposto no plano de saneamento básico ou no correspondente plano setorial.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

§ 2º No caso de serviços prestados mediante contrato, as disposições de plano de saneamento básico, do respectivo plano setorial ou de suas revisões, quando posteriores à contratação, serão eficazes em relação ao prestador mediante formalização de alteração contratual, assegurada a preservação do equilíbrio econômico e financeiro.

### Seção II

#### Do Procedimento Administrativo para Elaboração e

#### Revisão dos Planos Setoriais

##### Subseção I

##### Dos Dispositivos Iniciais

**Art. 23.** Os planos setoriais de saneamento básico serão elaborados e revisados mediante procedimento com as seguintes fases:

- I - Diagnóstico;
- II - Formulação da proposta;
- III - Debates; e
- IV - Homologação.

##### Subseção II

##### Da Fase de Diagnóstico

**Art. 24.** Na fase de diagnóstico, o Executivo Municipal providenciará estudos caracterizando e avaliando:

- I - A situação de salubridade ambiental na integralidade do território do Município, utilizando sistema de indicadores operacionais de água, esgotos, resíduos sólidos e drenagem urbana; e indicadores de qualidade dos serviços, socioeconômicos, financeiros e administrativos, sanitários, epidemiológicos e ambientais, apontando as causas das deficiências detectadas;
- II - Demanda e necessidades de investimento para a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico a que se referir o plano setorial na integralidade do território do Município.

**Parágrafo único.** Os estudos relativos à fase de diagnóstico são públicos e de acesso a todos, independentemente de demonstração de interesse.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

### Subseção III

#### Da Fase de Formulação da Proposta

**Art. 25.** Com base nos estudos divulgados, o Poder Executivo elaborará proposta de plano setorial que, no mínimo, conterá:

- I - Diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;
- II - Indicação de territórios urbanos em que haja elevada precariedade nas condições de saúde pública por razões ambientais;
- III - Objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização dos serviços, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;
- IV - Programas, projetos e atividades necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;
- V - Ações para emergências e contingências;
- VI - Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

§ 1º A íntegra da proposta do plano setorial deverá ser publicada no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal durante toda a fase de debates.

§ 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser compatível com os planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido.

### Subseção IV

#### Da Fase de Debates

**Art. 26.** A fase de debates consistirá na divulgação da proposta de plano e dos estudos que a fundamentam por meio de audiências e consulta públicas.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

**Art. 27.** A consulta pública desenvolver-se-á pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias, período no qual sua íntegra estará disponível na internet, bem como será facultado o envio de críticas ou sugestões.

**§ 1º** As críticas ou sugestões deverão ser respondidas de forma fundamentada, admitido o uso de respostas padronizadas àquelas que se assemelharem.

**§ 2º** As respostas ofertadas deverão ser publicadas na internet no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do dia seguinte ao de encerramento do prazo de coleta de propostas na consulta pública.

**Art. 28.** As audiências públicas terão a duração máxima de 4 (quatro) horas, reservadas as primeiras 2 (duas) horas para a apresentação da proposta de plano e as demais para manifestações acerca de seu conteúdo.

**Parágrafo único.** Na audiência pública garantir-se-á a cada inscrito o direito a se manifestar por pelo menos dez minutos.

**Art. 29.** Decreto do Chefe do Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Subseção.

### Subseção V

#### Da Aprovação

**Art. 30.** O Chefe do Poder Executivo, aprovando a proposta, a encaminhará, com ou sem alterações, na forma de projeto de lei, para a apreciação do Poder Legislativo.

### Subseção VI

#### Da Vigência

**Art. 31.** Os Planos Setoriais indicados nos incisos I e II, do caput art. 20, entrarão em vigor na data da publicação desta lei.

**Parágrafo único.** O Plano Setorial de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos entrará em vigor na mesma data da publicação da lei que o aprovar.

## CAPÍTULO V

### DAS MODALIDADES INSTITUCIONAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

**Art. 32.** A prestação dos serviços de saneamento básico dar-se-á:

- I - De forma direta, através do Departamento Autônomo de Água e Esgotos (DAAE) de Araraquara, para os serviços de:
  - a) Abastecimento de água potável;
  - b) Esgotamento sanitário;
  - c) Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
- II - De forma direta, através da Prefeitura Municipal de Araraquara, para os serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

§ 1º Para a estruturação da alínea c, do inciso I do caput deste artigo, fica o DAAE autorizado a contratar parceria público-privada, mediante licitação na modalidade de concorrência pública, conforme a Lei Federal nº 11.079, de 20 de dezembro de 2004.

§ 2º O procedimento de contratação dos serviços autorizados na alínea c, do inciso I, do caput deste artigo, deverá atender ao seguinte:

- I - Previsão de prazo para universalização do acesso aos serviços públicos no Município;
- II - Metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência;
- III - As prioridades de ação, as quais deverão ser compatíveis com as metas estabelecidas no Plano Setorial respectivo;
- IV - Pleno atendimento ao disposto nos incisos do caput do art. 11, da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 3º No que se refere aos serviços previstos na alínea c, do inciso I, do caput deste artigo, o procedimento de contratação, além do previsto no § 2º, deverá prever tarifas de forma a atender às necessidades de investimentos e ao princípio da modicidade.

§ 4º No que se refere aos serviços mencionados na alínea c, do inciso I, do caput, além do previsto no § 2º, deverá o procedimento de contratação atender também à possibilidade de infraestruturas dos serviços serem utilizadas por outros Municípios.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

### CAPÍTULO VI

#### DA REGULAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

**Art. 33.** Lei específica disporá sobre o órgão regulador e fiscalizador dos serviços.

### CAPÍTULO VII

#### DO CONTROLE SOCIAL

##### Seção I

##### Das Disposições Iniciais

**Art. 34.** As atividades de planejamento, regulação e prestação dos serviços estão sujeitas ao controle social.

**Parágrafo único.** Em razão do disposto no caput não serão válidos:

- I - Atos que veiculem normas administrativas de regulação que não tenham sido submetidos a consulta pública, garantido o prazo mínimo de 15 (quinze) dias para a oferta de críticas ou sugestões;
- II - Os reajustes ou revisão de tarifas ou taxas sem a prévia oitiva do Conselho Municipal de Saneamento Básico;
- III - Os planos setoriais, ou sua revisão, sem a realização da fase de debates prevista nesta Lei; e
- IV - Os contratos cuja minuta não tenha sido submetida à audiência e consulta públicas.

##### Seção II

##### Do Conselho Municipal de Saneamento Básico

**Art. 35.** Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico, na forma de órgão colegiado, tendo como finalidade atuar como mecanismo consultivo na formulação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação.

**Art. 36.** O Conselho Municipal de Saneamento Básico será composto pelos seguintes representantes:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- I - 1 (um) titular e 1 (um) suplente dos serviços de saneamento básico;
- II - 1 (um) titular e 1 (um) suplente de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;
- III - 1 (um) titular e 1 (um) suplente dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;
- IV - 2 (dois) titulares e 1 (um) suplente dos usuários de serviços de saneamento básico;
- V - 1 (um) titular e 1 (um) suplente de entidades técnicas relacionadas ao setor de saneamento básico;
- VI - 1 (um) titular e 1 (um) suplente de organizações da sociedade civil relacionadas ao setor de saneamento básico;
- VII - 1 (um) titular e 1 (um) suplente de órgão de proteção e defesa do consumidor; e
- VIII - 1 (um) titular e 1 (um) suplente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

§ 1º A representação dos usuários de serviços de saneamento básico (inciso IV), será eleita por seus pares, em assembléia especialmente convocada para este fim.

§ 2º As entidades técnicas (inciso V) e organizações da sociedade civil (inciso VI), que indicarem representante ao Conselho Municipal de Saneamento Básico, deverão estar legalmente constituídas e em funcionamento, com registro em cartório há pelo menos 2 (dois) anos, além de possuir, em seus objetivos estatutários, atuação na área de saneamento básico, devidamente comprovada.

§ 3º Os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução para o mandato subsequente.

**Art. 37.** Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico:

- I - Discutir e aprovar a proposta do Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como alterações e revisões;
- II - Avaliar as propostas de fixação, revisão e reajuste tarifário dos serviços de saneamento básico;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- III - Encaminhar reclamações e denunciar irregularidades na prestação de serviço;
- IV - Elaborar, deliberar e aprovar seu Regimento Interno, bem como suas posteriores alterações.

**Parágrafo único.** É assegurado ao Conselho Municipal de Saneamento Básico o acesso a quaisquer documentos e informações produzidos por órgãos ou entidades de regulação ou de fiscalização, bem como a possibilidade de solicitar a elaboração de estudos com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões, observado o disposto no § 1º, do art. 33, do Decreto Federal 7.217, de 21 de junho de 2010.

**Art. 38.** O Conselho Municipal de Saneamento Básico reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado.

**§ 1º** As reuniões do Conselho Municipal de Saneamento Básico serão públicas e presididas pelo representante do titular dos serviços de saneamento.

**§ 2º** Os pareceres emitidos nas reuniões do Conselho Municipal de Saneamento Básico serão tomados pela maioria simples de votos dos membros presentes.

**§ 3º** Cada um dos membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico terá direito a um voto em suas reuniões.

**§ 4º** O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico votará apenas em caso de empate.

**§ 5º** Ninguém poderá representar ou votar em nome de duas ou mais entidades numa mesma reunião do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

**§ 6º** As formas de convocação e de funcionamento do Conselho Municipal de Saneamento Básico serão definidas em seu Regimento Interno.

**Art. 39.** O titular dos serviços de saneamento básico fornecerá estrutura física, bem como suporte técnico e administrativo necessários à consecução das atividades do Conselho.

**Art. 40.** Eventuais despesas dos membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico, no exercício de suas funções, serão objeto de custeio por parte das entidades representadas.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

**Art. 41.** A atuação no Conselho Municipal de Saneamento Básico é considerada de relevante interesse público, não percebendo os seus membros remuneração ou gratificação de qualquer espécie.

### Seção III

#### Dos Direitos e Deveres dos Usuários

**Art. 42.** É assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, nos termos das normas legais, regulamentares e contratuais:

- I - Acesso aos serviços de saneamento básico, com padrões de qualidade e regularidade adequados à sua natureza;
- II - Não ser discriminado quanto às condições de acesso e fruição do serviço;
- III - Informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços, suas tarifas e preços;
- IV - Prévio conhecimento das condições de suspensão do serviço;
- V - Respeito de sua privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela prestadora do serviço;
- VI - Resposta às suas reclamações pela prestadora do serviço;
- VII - Peticionar contra a prestadora do serviço perante o órgão regulador e os organismos de defesa do consumidor;
- VIII - Reparação dos danos causados pela violação de seus direitos.
- IX - O acesso:
  - a) Ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela respectiva entidade de regulação; e
  - b) Ao relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

**Art. 43.** O documento de cobrança relativo à remuneração pela prestação de serviços públicos de saneamento básico ao usuário final deverá:





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- I - Explicitar itens e custos dos serviços definidos pela entidade de regulação, de forma a permitir o seu controle direto pelo usuário; e
- II - Conter informações mensais sobre a qualidade da água entregue aos consumidores, em cumprimento ao inciso I, do art. 5.º, do Anexo do Decreto Federal n.º 5.440, de 4 de maio de 2005, ou de norma legal ou regulamentar que vier a substituí-lo.

**Parágrafo único.** A entidade de regulação dos serviços validará modelo de documento de cobrança para a efetivação do previsto no caput e seus incisos.

**Art. 44.** O usuário de serviços de saneamento básico tem o dever de:

- I - Utilizar adequadamente os serviços, equipamentos e redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais;
- II - Respeitar os bens públicos e aqueles voltados à utilização do público em geral; e
- III - Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos por prestadora de serviço de saneamento básico.

### CAPÍTULO VIII

#### DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO – SIMISA

**Art. 45.** Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico - Simisa, com os objetivos de:

- I - Coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;
- II - Disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico; e
- III - Permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

**§ 1º** As informações do Simisa são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

**§ 2º** A gestão do Simisa será exercida pelo prestador do serviço sob supervisão do órgão de regulação e fiscalização.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

§ 3º O Simisa deverá estar articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (Sinisa).

### TÍTULO IV

#### DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

##### CAPÍTULO I

##### DA SUSTENTABILIDADE

Art. 46. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada mediante remuneração que permita a recuperação dos custos dos serviços prestados em regime de eficiência:

- I - De abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que deverão ser estabelecidos para cada um dos serviços separadamente;
- II - De manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades; e
- III - De limpeza urbana e manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Não podem ser considerados no cálculo de taxas ou tarifas e outros preços públicos os investimentos feitos sem ônus para o prestador, entre eles os:

- I - Decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários;
- II - Provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias;
- III - Transferidos em regime de gestão associada;
- IV - Sujeitos ao pagamento de contribuição de melhoria;
- V - Recebidos em doação ou transferência patrimonial voluntária de pessoas físicas ou de instituições públicas ou privadas; e



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- VI - Os que forem ressarcidos, sob qualquer forma, diretamente pelos usuários.

§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

**Art. 47.** Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda serão, dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos:

- I - Diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços; e
- II - Tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções.

**Art. 48.** As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

- I - O nível de renda da população da área atendida;
- II - As características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;
- III - O peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio; e
- IV - Indicadores que reflitam correlação com o consumo de outros serviços públicos.

**Art. 49.** A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

- I - O nível de renda da população da área atendida; e
- II - As características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

### CAPÍTULO II

#### DAS DIRETRIZES

**Art. 50.** Observado o disposto nos incisos I a III, do caput do art. 46, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

- I - Prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;
- II - Ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;
- III - Geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;
- IV - Inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;
- V - Recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;
- VI - Remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;
- VII - Estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;
- VIII - Incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

### CAPÍTULO III

#### DA FIXAÇÃO DAS TARIFAS OU TAXAS

**Art. 51.** Observado o disposto no art. 46, desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

- I - Categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;
- II - Padrões de uso ou de qualidade requeridos;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- III - Quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;
- IV - Custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas; e
- V - Capacidade de pagamento dos consumidores.

**Art. 52.** Desde que previsto nas normas administrativas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o órgão ou entidade de regulação e de fiscalização.

### CAPÍTULO IV

#### DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE TARIFAS

##### Seção I

##### Das Disposições Gerais

**Art. 53.** As tarifas e outros preços públicos serão fixados de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

##### Seção II

##### Dos Reajustes

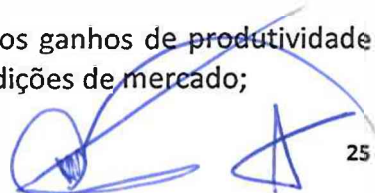
**Art. 54.** Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

##### Seção III

##### Das Revisões

**Art. 55.** As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

- I - Periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;



25



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- II - Extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvidos o titular, o usuário, o Conselho Municipal de Saneamento Básico e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

### CAPÍTULO V

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E

#### INFRAESTRUTURA URBANA

##### Seção I

##### Das Disposições Gerais

Art. 56. Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico junto ao DAAE, cujos recursos deverão ser aplicados no custeio de obras e instalações de valor estimado superior a 35.000 (trinta e cinco mil) UFM's, com a finalidade de custear a universalização dos serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. Os recursos do fundo a que se refere o caput deste artigo poderão ser utilizados como fontes ou garantias em operações de crédito para financiamento dos investimentos necessários à universalização dos serviços públicos de saneamento básico.

##### Seção II

##### Dos Recursos Financeiros

Art. 57. O Fundo Municipal de Saneamento Básico será constituído de recursos provenientes:





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- I - Das contrapartidas previstas em contrato de prestação de serviços públicos de saneamento básico;
- II - Das dotações orçamentárias a ele especificamente destinadas;
- III - Dos créditos adicionais a ele destinados;
- IV - Das doações, reembolsos, legados ou subvenções de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
- V - Dos rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;
- VI - De outras receitas eventuais.

**Parágrafo único.** Os recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico somente poderão ser aplicados depois de ouvido o Conselho Municipal de Saneamento Básico.

**Art. 58.** Os recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico serão depositados em conta corrente específica sob gestão do DAAE.

**Art. 59.** O Fundo Municipal de Saneamento Básico terá contabilidade própria, que registrará todos os atos a ele pertinentes.

### CAPÍTULO VI

#### DO REGIME CONTÁBIL PATRIMONIAL

**Art. 60.** Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores, mediante contrato de programa ou de concessão, constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos do contrato e das normas de regulação.

**§ 1º** Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

**§ 2º** Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

**§ 3º** Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 61.** A presente Lei deverá ser regulamentada no que for necessário.

**Art. 62.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**, aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2014 (dois mil e quatorze).

**MARCELO FORTES BARBIERI**  
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria Municipal de Governo, na data supra.

**DELORGES MANO**  
Secretário de Governo

Arquivada em livro próprio número 01/2014. ("PC").

.Publicada no Jornal local "Tribuna Imprensa", de Sábado, 08/novembro/2014 - Ano 16 - Exemplar nº 5.490.